

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL
Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0037259/2024-94

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Mata**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	NÚMERO DO DOCUMENTO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
LAS/RAS	2100.01.0037259/2024-94	NAR Viçosa
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL		
Nome: RAINHA DA AREIA LTDA		CPF/CNPJ: 37.893.711/0001-42
Endereço: SITIO FLORESTA, s/n		Bairro: ZONA RURAL
Município: BARRA LONGA	UF: MG	CEP: 35.447-000
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL		
Nome: ANTÔNIO SIQUEIRA CARNEIRO		CPF/CNPJ: 274.115.406-68
Endereço: AVENIDA PEDRO JOSÉ PIMENTA, 59 - Ap.101		Bairro: CENTRO
Município: BARRA LONGA	UF: MG	CEP: 35.447-000
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL		
Denominação: FAZENDA MATEUS COELHO		Área Total (ha): 262,9420
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Mat. nº 36.473		Município/UF: BARRA LONGA/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3105707-7B67.6494.E3E2.4227.A430.5157.3AA1.89EE		
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA		
Tipo de Intervenção	Quantidade	Un
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,2249	ha
5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA		
Uso a ser dado à área	Especificação	Área (ha)

Mineração		Extração de areia, cascalho e minério de ouro		0,2249
6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(s) ÁREA(s) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL				
Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber	Área (ha)
Mata Atlântica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Total:			Total:	
7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO				
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade		Unidade
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica		Não se aplica
8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA				
Nome: Martinho Cabral Paes MASP: 1.075.846-4 Nome: Everaldo Ferraz Miranda MASP: 1.148.081-1 Data da Vistoria: 21/11/2024				
9. VALIDADE				
Data de Emissão: 24/01/2025 De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 esta autorização só produzirá efeitos de posse do Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS e sua validade será definida conforme a licença ambiental.		Observações: ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.		
10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA				
Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
			X	Y
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	Sirgas 2000	23K	701.713	7.753.701
11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)				
Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras: Os potenciais impactos da intervenção ambiental em APP, sem supressão de vegetação, estão associados à movimentação de máquina, à instalação e operação dos equipamentos de bombeamento. Impacto: Intensificação ou desenvolvimento de processo erosivos. Medidas mitigadoras: - Criação de sistema de drenagem pluvial na área do empreendimento e na via de acesso; - Manutenção da vegetação ciliar a jusante da área do porto de areia.				

Impacto: Alteração da qualidade ambiental das águas do rio e aumento da turbidez

Medidas mitigadoras:

- Realizar campanhas de monitoramento da qualidade das águas superficiais a montante e a jusante do empreendimento;
- Instalar sistemas de tratamento e controle dos efluentes sanitários e oleosos gerados no empreendimento;

Impacto: Risco de poluição das águas e do solo a partir do equipamento de bombeamento.

Medidas mitigadoras:

- Dar preferência por utilizar motores elétricos no sistema de bombeamento, eliminando a necessidade de uso de combustível nas proximidades do curso d'água;
- Realizar manutenção frequente do equipamento de bombeamento para evitar contaminação por óleos e graxa no local.

Impacto: Alteração das propriedades do solo.

Medidas mitigadoras:

- Controle da disposição de resíduos sólidos gerados durante a intervenção ambiental, destinando-os adequadamente para evitar contaminações;
- Manutenção periódica nos equipamentos, para evitar vazamento de óleo e combustível;

MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

As medidas compensatórias adotadas em questão é a reconstituição de uma área de 0,2460 ha, superior ao tamanho da área que sofrerá a intervenção, inserida na mesma propriedade, através do plantio de mudas nativas, conforme o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) apresentado.

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar o PROJETO DE RECOMPOSIÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E ALTERADAS – PRADA – <i>apresentado anexo ao processo, em área de 0,2460 ha.</i>	Imediatamente após a emissão do AIA
2	Apresentar relatório após a implantação do projeto indicando as espécies e o número de mudas plantadas, tratamentos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico. Caso o responsável técnico pela execução do PTRF seja diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Imediatamente após a implantação do Projeto
3	Apresentar relatórios anuais com anexo fotográfico para avaliação da situação do plantio. Informar quais os tratamentos silviculturais adotados no período e a necessidade de intervenção no plantio.	Anualmente, por um período de 05 anos
4	Disposição adequada de resíduos sólidos provenientes de atividades humanas (lixo orgânico, papéis, plásticos, etc.).	Durante a atividade de extração
<i>Esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.</i>		
<i>I.</i>		

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

12. OBSERVAÇÃO

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Dalyson Figueiredo Soares Cunha, Supervisor(a)**, em 28/01/2025, às 07:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **105982440** e o código CRC **97A89CEB**.
